



GRUPO PARLAMENTAR

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

12 02, 2003

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República

Duarte Pacheco

REQUERIMENTO Nº 1720/IX (1a) - AC

Assunto: Barragem do Baixo Sabor.

Os Deputados subscritores, eleitos no Distrito de Bragança, vêm nos termos constitucionais e regimentais requer a V. Exa., que o Governo, através dos Ministérios da Economia e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente lhes preste os esclarecimentos que abaixo se solicitam.

Após a decisão de cancelamento da realização da Barragem de Foz Côa, a EDP lançou o processo conducente ao licenciamento da Barragem de Baixo Sabor, relativamente ao qual passos importantes foram dados no início do ano 2000.

Passados três anos, não há notícia de decisão definitiva sobre a matéria. Isto apesar de se afigurar como certo que, virtualidades que a realização do empreendimento já apresentava – valia eléctrica própria, aumento da capacidade de produção de energia nas barragens do Douro a jusante, constituição de reserva de água, contribuição para a regularização dos caudais, contribuição indirecta para a redução de emissões originadas pela produção termoeléctrica - veio juntar-se a significativa participação que a realização do investimento terá no cumprimento das metas, a que o Governo Português se comprometeu, relativas ao peso das energias renováveis no total da produção eléctrica nacional.



[Handwritten signature]

Acrescem ainda os efeitos positivos para a economia da região onde a Barragem será implantada, durante o período da construção, e especialmente as potencialidades que serão criadas para, após a realização, se desenvolverem na zona novas actividades económicas incluindo as ligadas ao Turismo. Aspectos que ganham maior significado se se tiver presente que a zona de implantação corresponde a áreas de muito fraco desenvolvimento económico.

E refere-se o facto, que ganha relevo nas circunstâncias actuais, deste investimento, não sendo feito pelo Estado ou por qualquer órgão da Administração Pública, não acarretar qualquer pressão sobre o Orçamento de Estado, mas ter na Economia do País os efeitos positivos dos bons investimentos públicos.

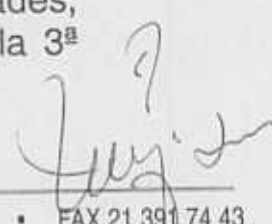
Na vigência do Governo anterior não foram, surpreendentemente, tomadas decisões sobre a matéria, a não ser a de adiar, consubstanciada, na nossa opinião, no lançamento de um novo estudo, agora comparativo, com uma alternativa do aproveitamento do Alto Côa.

Perante este quadro desejam os signatários ser informados sobre a situação real do Projecto da Barragem do Baixo Sabor e sobre as perspectivas sólidas da programação da sua realização.

Assim, nomeadamente, pergunta-se ao Ministério da Economia e ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente:

1. Há algum facto superveniente que tenha alterado o interesse da EDP na realização da Barragem do Baixo Sabor?
2. Se não há, quais são as etapas ainda a promover até a EDP poder lançar os processos de concurso para a realização e quais são as datas de início e fim dessas etapas.

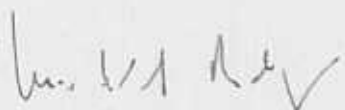
Nota-se que, em reunião recente com a Comissão Parlamentar de Poder Local, o Senhor Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, questionada pela 3^a



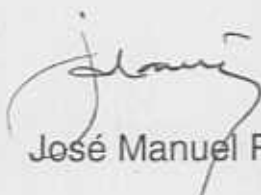
signatária do requerimento sobre este projecto, respondeu não ter qualquer decisão pendente no seu Ministério, pelo que os signatários agradecem uma resposta coordenada dos dois Ministérios mencionados.

Palácio de São Bento, 11 de Fevereiro de 2003.

Os Deputados do PSD,



Luís Machado Rodrigues



José Manuel Pavão



Ana Paula Malojo